

Capítulo IV

Sistema de Parentesco: Os grupos

1 – Introdução

O presente capítulo tem por objetivo delimitar os grupos de parentesco entre os craôs e indicar a natureza das atividades que os caracterizam. Visa também descrever a organização interna desses grupos e caracterizar a chefia dentro dos mesmos, isto é, que pessoa, em cada um desses tipos de grupo, dirige suas atividades e o representa diante dos demais.

2 – Forma da aldeia craô

As aldeias craôs têm suas casas dispostas em círculo. A circunferência formada por elas não parece ser proporcional a seu número. Em 1962 a aldeia do Posto tinha 20 casas numa circunferência de mais ou menos 72 metros de raio, tendo pois, um comprimento de 452 metros. Em 1963, essa aldeia se transferiu para um outro local, levantando o mesmo número de casas numa circunferência de cerca de 102 metros de raio e 640 metros de comprimento. No mesmo ano, a aldeia de Boa União, com 12 casas, tinha uma circunferência de 92 metros de raio e 588 metros de comprimento. Já a aldeia do Abóbora, em 1962, dispunha de 8 casas, uma delas abandonada, dispostas numa circunferência com a mesma medida desta última. No mesmo ano a aldeia de Pedra Branca tinha também 8 casas numa circunferência de 89 metros de raio e 559 metros de comprimento. As aldeias pequenas podem, por conseguinte, abranger um círculo equivalente, ou mesmo superior ao das grandes. Toda aldeia tem um pátio de forma circular no seu centro. Apenas na aldeia do Abóbora este pátio tinha a forma de um quadrado. O pátio recebe o nome de *kë*. Cada casa da aldeia se liga ao pátio por um caminho denominado *prikarã*. Um caminho circular passa diante dos lados das casas que estão voltados para o pátio; chama-se *krikapé*. Talvez seja razoável dizer que a circunferência das aldeias craôs é orientada à maneira de um círculo trigonométrico. De fato, as corridas de toras e as procissões rituais tomam sempre, no *krikapé*, a direção contrária à dos ponteiros do relógio.

Na área envolvida pela circunferência de casas os índios procuram derrubar todas as árvores e arbustos. Apenas a vegetação herbácea recobre o terreno, dando destaque aos caminhos e ao pátio, que são completamente capinados. Na construção da nova aldeia do Posto, em 1963, entretanto, pouparam-se os pequizeiros. Nem sempre a aldeia está situada num terreno inteiramente nivelado. É comum apresentar uma ligeira inclinação, tendo sua parte mais baixa próxima da corrente onde seus habitantes se banham e se aprovisionam de água.

Uma série de grupos sociais possuem uma posição bem determinada na plano da aldeia: uns na sua periferia, onde dispõem de uma localização mais ou menos permanente; outros no centro, na praça, onde sua posição é antes de tudo simbólica. Neste capítulo faremos a descrição dos primeiros, que são a família elementar, o grupo doméstico e o segmento residencial.

3 – A família elementar

Raramente uma casa craô abriga apenas uma família elementar. Dada a regra de residência uxorilocal, as mulheres componentes das famílias elementares que habitam uma só casa estão geralmente ligadas entre si por linha feminina. Há, entretanto exceções. Mulheres que deixam sua aldeia de origem para acompanhar seus maridos não raro se estabelecem na casa em que moram os pais do esposo. Na aldeia do Posto havia mais de um desses casos. Nessa mesma aldeia, em 1962, na casa da família elementar do chefe (9 e) morava também sua irmã viúva, um filho solteiro, duas filhas desta, o marido de uma delas, tendo cada uma uma filha; nesta mesma casa, um dos filhos do chefe morava com sua mulher, pois não se dava bem na casa do sogro. Quando a aldeia mudou de lugar, em 1963, o genro da viúva providenciou a construção de uma casa (12 a), ao lado da casa do chefe, onde foram morar a viúva, seus filhos, netas e o genro.

Várias características distinguem a família elementar, dando-lhe uma identidade dentre os demais grupamentos sociais. Assim, são os pais os responsáveis imediatos pela alimentação dos filhos. Para providenciá-la, cada casal dispõe de uma roça, de sua propriedade. É muito difícil definir exatamente o proprietário da roça. Tudo indica que seja a mulher, pois, embora o marido nela trabalhe, em caso de divórcio ela fica com a esposa. Não obstante, não só a mulher, mas também o marido, podem dar produtos da roça a seus respectivos parentes. O marido tem a obrigação de prover de carne antes de tudo aos filhos e à mulher. Marido e mulher trabalham juntos ao torrar a farinha de mandioca. É ao marido, mais que ao irmão, que cabe a manutenção da mulher. Por isso, as mulheres viúvas, as mulheres divorciadas, são sempre lembradas quando se faz a divisão da carne de algum animal grande, como, por exemplo, um boi, muito embora a carne seja distribuída entre os homens e não entre as mulheres. Da mesma maneira são também lembrados os meninos sem pai. Esses indivíduos também recebem sua parte em outras divisões, como, por exemplo, a do sal. O cuidado em lembrar das mulheres sem marido e dos meninos sem pai bem mostra como a sociedade reconhece a importância do pai ou do marido para manter a subsistência do indivíduo e, por conseguinte, a importância da família elementar. Há outros indícios: um dos motivos que levam as mulheres a procurar o aborto é o fato de não terem marido que as ajude a manter a criança.

Cada família nuclear tem um lugar mais ou menos bem delimitado dentro de uma casa. Os pais dormem numa cama formada por um jirau constituído de um estrado de metades de troncos de açaí bravo cortados longitudinalmente, apoiado em quatro forquilhas. Os filhos pequenos dormem junto aos pais. Os objetos de propriedade dos membros da família ficam dependurados numa espécie de cabides de madeira, que constituem ao mesmo tempo suportes da aba do telhado e que os sertanejos chamam de “cachorros”. Cada mulher casada tem suas cabaças de água utilizada para cozinhar e beber. Não existe necessariamente uma fogueira para cada família elementar da casa: várias delas podem se servir de um só fogo, que eventualmente se desdobra. No momento da refeição nota-se que os membros de uma mesma família elementar tendem a formar um grupo que se isola dos demais; entretanto, em geral, uma mulher que prepara um alimento oferece-o a todos os moradores da casa, inclusive aqueles que não pertencem à sua família elementar.

Da família elementar fazem parte também as crianças adotadas pelo casal. Tais adoções visam antes de tudo aliviar os casais dos quais depende um certo número de filhos. Poucos exemplos tomamos de casos de adoção, pois muito tarde em nossa pesquisa nos demos conta de sua importância. Na aldeia de Boa União, por exemplo, em 1967, o chefe Ambrosinho e sua esposa criavam um filho de seu filho; um outro filho do mesmo

chefe ia entregar um de seus filhos para sua irmã criar, enquanto que, esta, quando nascesse seu primeiro filho, iria entregá-lo à irmã de seu marido. Não parece que a adoção implique sempre na mudança dos termos de parentesco. Na aldeia do Posto havia entretanto um rapaz Apinayé que se dirigia à sua irmã mais velha, que o criara, chamando-a de “mamãe”, em português. Também das famílias elementares fazem parte os filhos de um dos cônjuges, sobretudo da mulher, nascidos de casamento anterior.

4 – O grupo doméstico

Cada casa craô corresponde a um grupo doméstico, também definido por certas características. Talvez se possa dizer que um grupo doméstico craô, em seu desenvolvimento pleno, é constituído de indivíduos pertencentes a três gerações. Representa a geração mais antiga o casal que não mais procria. A geração intermediária é constituída pelos filhos e filhas solteiros do referido casal, além das filhas casadas e seus maridos. Finalmente, a geração mais nova é formada pelos filhos e filhas das filhas do casal mais antigo.

Os casos concretos, entretanto, não são exatamente como o esquema apresentado. Há casos em que falta um dos cônjuges da geração mais antiga; outros em que a terceira geração ainda não surgiu. Também existem aqueles casos em que a mulher vai morar com seus sogros. Enfim, há uma variedade de casos concretos, cada um com sua particularidade. Em 1962, nas 19 casas que constituíam a aldeia do Posto, a que apresentava maior número de moradores era a de Lourenço (7 a), com 18 pessoas. A que apresentava o menor número de moradores era a de Esteves (5 c), com três habitantes. Esteves vivia uxorilocalmente com sua esposa e uma filha desta. Lourenço também morava uxorilocalmente com sua esposa; além do casal estava nesta casa sua sogra viúva; dois irmãos da esposa, sendo um solteiro e o outro com a esposa e sua pequena filha; morava também um filho da esposa, nascido de casamento anterior; morava ainda uma irmã de sua esposa e seu marido, com três filhas de casamento anterior, uma delas com seu marido e outra com seu filho. Além desses, lá estavam o filho de um irmão de Lourenço com sua mulher e uma filha. Esta última família elementar citada não parecia estar localizada nesta casa em caráter definitivo. Já na aldeia de Boa União, a que tinha maior número de moradores era a casa de João Comprido, (17 a) viúvo, que morava com seus netos e netas, todos filhos de sua falecida filha; lá estavam três filhas do primeiro casamento desta, todas elas com seus maridos, sendo que uma tinha duas filhas e a outra um filho; também lá estavam quatro filhas e um filho do segundo casamento da mesma. O menor grupo doméstico (20 a) desta aldeia abrangia apenas uma família elementar, constituída do casal, um filho e uma filha, além da mãe do cônjuge feminino. Na aldeia de Serrinha, a casa de Guilherme (27 a) era a maior de todas, com 22 moradores, enquanto a menor (24 c) tinha apenas uma família elementar de três indivíduos. Na aldeia do Abóbora, a casa mais populosa (9 g) tinha 16 moradores, assim discriminados: Manoel Bertoldo, sua esposa, seus três filhos e uma filha, duas filhas da falecida irmã da esposa e seus maridos, a irmã de Manoel Bertoldo com seus cinco filhos. Uma casa dessa aldeia (24 a) tinha somente como moradores uma mulher e uma menina. Já na aldeia de Pedra Branca a maior casa era a de Davi (1 b), que morava junto com sua esposa, sua filha, seu genro e os dois filhos e três filhas destes. A casa menor era a de Amaro (15 a), com quatro moradores: ele, a esposa, uma parenta da esposa e um menino parente seu. A descrição das relações entre os habitantes da maior e da menor casa de cada aldeia quanto ao número de moradores dá bem uma idéia das variedades a que podem chegar os casos concretos. Os esquemas de todos os grupos domésticos craôs se acham no Apêndice [que foi excluído desta edição em PDF; ver www.juliomelatti.pro.br/craodados/craogenea.htm].

O espaço oferecido por cada casa da aldeia a seus moradores não é igual para todas elas. Só temos dados referentes a medidas das casas para a aldeia do Posto. A maior casa dessa aldeia, em superfície, era a de Antônio Pereira (8 b), com cerca de 72 metros quadrados; abrigava 15 pessoas. Já a casa de Pedro Noleto (6 a) tinha 55 metros quadrados para abrigar dez pessoas. Entretanto, a casa de Lourenço (7 a), onde, como já vimos, moravam 18 pessoas, tinha apenas 32 metros quadrados. A menor casa da aldeia, em 1962, era a de Raimundo Agostinho (9 b), com 21 metros quadrados, para sete moradores. Nesse ano um rapaz, filho de Pedro Noleto, construiu uma casa ainda menor para abrigar sua família de orientação: tinha apenas 17 metros quadrados.

Todas essas casas, como nas demais aldeias, tinham um plano retangular, com exceção apenas da casa de Raimundo Agostinho, de plano elíptico, fazendo o teto as vezes também de parede, pois vinha até o chão. A largura do retângulo, entretanto, não guarda sempre a mesma proporção com relação ao comprimento, variando de casa para casa. Poucas das casas têm divisões internas, as quais não obedecem a nenhum padrão. A posição do fogo, a orientação das camas, variam de uma casa para a outra.

Quase nada podemos dizer a respeito do mecanismo de cisão do grupo doméstico. Na verdade ele sempre acaba por cindir, pois o número de moradores de uma casa aumenta somente até um certo limite. Examinando os dados censitários das cinco aldeias craôs, dificilmente encontramos numa só casa dois homens que sejam sogros ao mesmo tempo. De todas essas aldeias isso só acontece em duas casas. Na aldeia do Abóbora trata-se de Joãozinho (13 h), que é sogro de Daniel, que, por sua vez, tem duas filhas casadas. Na aldeia do Posto temos o caso de José Pinto (10 a) sogro de Jaime, o qual tem uma filha casada. Os dois casos são semelhantes e talvez só não haja maior número deles por ser difícil aos craôs chegar à velhice. Por isso, é muito freqüente que um homem já tenha falecido quando seu genro chega a ser sogro. A morte do sogro e da sogra não dissolve o grupo doméstico. Assim, há casos em que duas ou mais irmãs, tendo o pai e, às vezes também a mãe, falecido, continuam a morar na mesma casa com seus maridos e filhos. Tal é a situação de José Aurélio e Zezinho (9 c), casados com duas irmãs e que moram na mesma casa na aldeia do Posto. Na aldeia de Boa União, tivemos o caso de Jacinto e de Pedro (6 e), casados com duas irmãs, ainda viva a sogra; um deles, Jacinto, já era sogro, por sua vez. Na mesma aldeia, Xavier e Martinho também viviam na mesma casa casados com duas irmãs. Ainda nesta aldeia, viviam casados com duas irmãs Domingos e Nunu, tendo o primeiro já um genro dentro da casa; neste caso, porém, ainda vivia com eles o velho sogro (agora falecido), mas já decrépito. Na aldeia do Abóbora, na casa do antigo chefe Chiquinho (6 f), viviam casados com duas mulheres, primas paralelas matrilaterais entre si, Raimundo e Molisse, sendo que a filha do irmão da esposa do primeiro, criada pela sogra deste, era casada e tinha seu marido nesta mesma casa.

Poucos foram os grupos domésticos cuja cisão pudemos constatar, ou melhor, que conhecemos antes e depois de divididos. Na aldeia do Posto, a casa de Lourenço se cindiu, quando a aldeia se transferiu de lugar no ano de 1963: o jovem Aniceto, casado com a irmã da esposa de Lourenço, construiu uma outra casa (7 b) ao lado da primeira, onde foi morar, acompanhado da esposa; a ele se juntou sua velha mãe, vinda de outra aldeia e mais uma menina, filha da filha da irmã da velha; das três filhas do primeiro casamento da esposa de Aniceto, somente uma, parece, foi morar com êle. Um caso mais difícil de explicar é o do afastamento do rapaz chamado Amazonas. A composição do grupo doméstico em que estava em 1962 era um tanto confusa. Morava na casa natal de sua esposa (5 d), onde vivia também o irmão desta, casado com uma mulher civilizada que se dizia xerente; o homem mais importante desta casa era José Nogueira, que tinha trazido para ela sua esposa, uma mulher xerente, Vitória, embora ele próprio não fosse ligado a

esta casa por parte de mãe. José Nogueira e Vitória tinham um filho, enquanto Amazonas e sua esposa, um filho e uma filha. No mesmo ano de 1962, Amazonas construiu uma pequena casa entre as de José Nogueira e a de seu próprio pai, Pedro Noletto, nela abrigando sua família elementar. Entretanto, quando a aldeia se transferiu para outro local, em 1963, Amazonas voltou a morar outra vez juntamente com José Nogueira. Na aldeia de Boa União, em 1962, Xavier e Martinho, como já dissemos, viviam casados com duas irmãs na mesma casa. Tendo a aldeia mudado de lugar em 1963, fizeram casas separadas, uma ao lado da outra.

Vemos, portanto, que os grupos domésticos podem não somente se cindirem, mas também absorverem outros inteiramente ou em parte. Assim, por volta de 1964, Davi transferiu todo o seu grupo doméstico (1 b) da aldeia de Pedra Branca para a aldeia do Posto. Construiu sua nova casa ao lado da de sua sogra (1 a). Esta morava com sua filha, seu genro, duas filhas destes, o marido da mais velha, a irmã e uma filha desta. Tendo, porém, morrido a sogra e a filha desta, Davi atraiu para seu grupo doméstico a neta casada da sogra e seu marido. Também o rapaz que tinha construído uma casa nova para sua sogra (12 i), irmã do chefe da aldeia do Posto, sua esposa, a irmã e o irmão desta, caso já aludido, com a morte da sogra, foi convidado pelo chefe a voltar a morar em sua casa.

A unidade do grupo doméstico tende a aparecer nos trabalhos agrícolas. Entretanto, o grupo de pessoas que trabalha num determinado pedaço de terra não corresponde exatamente a um grupo doméstico. José Pinto, seu genro Jaime, um genro deste, um filho de José Pinto chamado Sorrão, derrubaram uma roça grande. Depois disso, José Pinto, separou um pedaço para Jaime, o qual, deste mesmo pedaço, separou um outro para seu genro. Sorrão não teve nenhuma parte separada para si, pois era solteiro. Neste exemplo vemos o grupo doméstico (10 a) trabalhando todo reunido na derrubada, para depois se dividir em famílias elementares para efetuar o plantio, pois cada uma delas é que tem as sementes para sua própria roça. Mas elementos estranhos ao grupo doméstico podem entrar na partilha dos lotes derrubados; assim, José Pinto separou uma parte também para Basílio, seu filho casado, que não derrubara porque estivera viajando. No mesmo ano de 1966, dos genros de Francisco (4 a), na aldeia do Posto, apenas Milton trabalhou no preparo da roça com ele. Os dois restantes, um trabalhou para sua própria mãe, enquanto o outro trabalhou junto com o marido de sua irmã. O trabalho de desbastamento da mata não pode ser considerado, portanto, apanágio do grupo doméstico. Quando muito poderá haver uma tendência a ser feito por ele.

Outro indício da unidade do grupo doméstico é dado pelo costume de todos habitantes de uma casa participarem da refeição preparada por uma das mulheres moradoras. Durante a refeição, como já dissemos, os participantes se dividem em grupinhos correspondentes às famílias elementares. Há exceções à regra: na casa de Pedro *Penõ* (9 e), quando sua esposa preparava uma refeição, a irmã dele, as filhas e netas desta e seu genro não participavam da mesma.

5 – O segmento residencial

Além da família elementar e do grupo doméstico, existe mais um tipo de grupamento entre os craôs que se fixa também na periferia da aldeia. Trata-se do que chamaremos, na falta de melhor termo, de segmento residencial, expressão de significado vago e, por isso, propositadamente escolhida. Tentaremos caracterizar tais segmentos. Quando um grupo doméstico se cinde, os moradores que deixam a casa constroem uma outra ao lado dela. Sendo a regra de residência entre os craôs uxorilocal, os diversos grupos domésticos originados de uma só casa têm, por força da operação da própria regra,

todas as suas mulheres e todos os seus homens solteiros ligados entre si por linha feminina.

Esses segmentos tendem a possuir uma posição bem definida na circunferência da aldeia, segundo os pontos cardeais. Quando uma aldeia se transfere de um local para outro, as casas se distribuem na mesma posição em que estavam, umas em relação às outras e em relação aos pontos cardeais, como no antigo local. Também quando um desses segmentos, ou parte dele, se transfere de uma aldeia para a outra, procura se estabelecer na mesma posição, segundo os pontos cardeais, como na aldeia de origem. Essa posição não é marcada de modo exato, pois depende do número de casas do segmento em cada aldeia e também do número de casas da aldeia. Em 1962, por exemplo, o segmento 12, de que fazia parte a irmã do chefe da aldeia do Posto, estava quase ausente nesta aldeia, sendo representado apenas por parte de uma casa, a do chefe, o qual morava uxori-localmente. Na aldeia de Pedra Branca, entretanto, o mesmo segmento 12 abrangia três casas dispostas na parte nordeste da mesma. A irmã do chefe da aldeia do Posto, morando na casa da esposa do irmão (9 e), na parte oeste da aldeia, estava, parece, colocada fora da localização normal de seu segmento, tanto que, quando João Delfino se transferiu da aldeia de Pedra Branca para a aldeia do Posto, pertencendo sua casa (12 a) ao mesmo segmento, colocou-a na posição ENE, entre os segmentos 8 e 9.

Embora a regra da uxori-localidade seja por vezes rompida, ela logo volta a operar. Um índio *craô*, Aniceto, da aldeia do Posto, que tinha como casa natal aquela que numeramos como 1a, casou-se com uma mulher Apinayé, trazendo-a para sua aldeia, juntamente com sua mãe, uma irmã, um irmão, uma menina criada pela mulher, e um filho que teve com ela. Aniceto construiu sua casa (2 a) na aldeia do Posto, ao lado da de sua própria mãe (1 a). As outras mulheres de sua casa foram se casando e seus maridos passaram a morar nela. Quando, por fim, Aniceto se separou de sua mulher, teve de deixar a casa. Por conseguinte, uma mulher que se localizou virilocalmente, deu início a um outro grupo uxori-local. Um outro exemplo do mesmo tipo é constituído pelo caso de Zacarias, que morava na aldeia do Posto. Tendo-se casado, construiu sua casa ao lado da de sua mãe, trazendo para ela sua esposa, sua sogra, uma moça ligada por linha feminina a sua esposa; estava tentando promover a vinda de uma outra mulher ligada por linha feminina a sua sogra com seu marido e filhos para sua casa. Assim, um grupo de mulheres vindo de outra aldeia localizando-se primeiramente de modo virilocal, dá início a um grupo uxori-local. Tais rompimentos da regra de uxori-localidade perturbam a disposição das casas dos segmentos, colocando casas de segmentos estranhos no meio de outros. Assim, a casa de Zacarias, 19b, ficava entre as casas 5a e 5c, do segmento 5.

Raros são os casamentos realizados entre indivíduos pertencentes ao mesmo segmento, podendo-se afirmar, por conseguinte, que são exogâmicos, embora essa qualidade não seja expressa pelos *craôs* verbalmente.

São estes, em suma, os atributos dos chamados segmentos residenciais: localização na circunferência da aldeia segundo os pontos cardeais; exogamia. Nunca se vêem tais segmentos agirem com todos os seus membros em conjunto, de modo corporado; tais segmentos não têm nomes próprios, nem propriedades, nem símbolos distintivos. Sua formação decorre da operação da regra da uxori-localidade.

6 – O problema da autoridade doméstica

A definição da autoridade doméstica entre os *craôs* ainda se acha um tanto obscura. Roberto Da Matta, numa análise que fez do mito de *Auke*, chegou a afirmar que, no mito, os Canelas e os *craôs* evitariam definir a autoridade doméstica, uma vez que naquelas

versões em que estão presentes o avô materno e o pai de *Auke* não aparece o tio materno e, quando este último está presente, faltam o avô materno e o pai do herói mítico (DaMatta, 1967, pp. 124-135). A autoridade estaria, pois, nas mãos daqueles homens nascidos na casa, ou nas mãos de homens que nela entraram através do matrimônio?

Ora, uma vez que descrevemos três tipos de grupos de parentesco entre os craôs, conviria examinar quem detém a autoridade em cada um desses grupos. Cumpre também indagar se a autoridade não seria exercida por diferentes indivíduos, segundo os vários tipos de problemas a serem resolvidos pelo grupo.

Vejamus em primeiro lugar a questão dentro da família elementar. Caberia falar em autoridade dentro da família elementar? Seria o marido considerado o chefe da família elementar? O que parece existir dentro da família elementar é um elevado grau de colaboração econômica, devido à divisão do trabalho por sexos. Mas dificilmente encontraríamos indícios para dizer que um ou outro cônjuge mantém a autoridade dentro da família. Apesar da família elementar constituir uma unidade economicamente autônoma, pelo menos teoricamente, ela geralmente ocupa uma casa juntamente com outras. Não obstante, no que tange às relações da mulher com determinados rituais, ela depende da mediação do marido. Assim, como será visto nos capítulos X e XII, há determinados pares de metades que são antes de tudo masculinas, e as mulheres devem pertencer à metade do marido. Quando o marido ocupa certos encargos, como o de chefe da aldeia ou de “prefeito” (vide capítulo VII), a mulher recebe certas honrarias por causa disso; a esposa do chefe da aldeia possui mesmo uma denominação especial: *sadon*. Além disso, um modo de honrar um homem é conferir a um de seus filhos o título de *witi* (vide capítulo X) ou de chefe honorário (vide capítulo XII). O homem, pois, é como que um mediador entre sua família elementar de orientação e a vida pública. Mas essa precedência ritual do marido não lhe parece trazer nenhuma autoridade dentro da família elementar.

No que diz respeito ao grupo doméstico, parece fora de dúvida que nele existe uma autoridade. E tal autoridade se acha investida no homem que entrou há mais tempo na casa através do matrimônio. Vários são os dados que permitem assegurar a presença de tal autoridade. Segundo o chefe Pedro *Penõ*, o marido sempre trabalha para o sogro e para a sogra; quando estes morrem, ele toma conta da casa. Este mesmo informante declarou que outrora a casa em que morava era dirigida por João Silvano (irmão da mãe de sua esposa); quando este morreu, passou a direção para *Potxo* (pai da esposa); finalmente, com a morte deste, a casa (9 e) ficou aos cuidados de Pedro *Penõ*. Este exemplo complica um pouco a questão, pois se *Potxo* era sogro de *Penõ*, por outro lado João Silvano era irmão da esposa de *Potxo*. Esteves, irmão de João Silvano e, portanto, irmão da mãe da esposa de *Penõ*, declarou-nos que nada mandava na casa em que mora *Penõ* e sim na casa de sua própria esposa. Numa outra ocasião Esteves disse que sua casa mesmo era aquela onde mora Pedro *Penõ*; entretanto, com isso, podia não estar reivindicando autoridade sobre ela, mas simplesmente apontando sua casa de origem. Xavier, enumerando os chefes das casas de Boa União, apontou, para todas elas, homens que nelas haviam entrado pelo matrimônio e sempre o mais velho de cada casa. Acrescentou que o dono da casa é o “pai velho”, aquele que primeiro entra na mesma pelo matrimônio. Aleixo, da aldeia do Posto, declarou que Antônio Pereira, seu sogro, era quem mandava na casa (8 b) em que morava. Entretanto, José Aurélio afirmou que Antônio Pereira já estava deixando sua autoridade nas mãos de seus genros Aleixo e Joaquim. Este mesmo informante, cujo sogro não mais existe, mas em cuja casa (9 c) mora também a irmã de sua esposa com seu marido, Zezinho, afirmou ser o chefe da casa em que mora; Zezinho, sendo mais novo, é seu ajudante. Osias (*Kratpe*) nos assegurou que, quando ele era casado com *Parã*, quem mandava na casa era o marido da irmã de sua esposa, Juarez, por ser o

marido mais antigo na casa. Ainda acrescentou que, nem *Kakró*, irmão de sua esposa, e nem José Pinto, meio-irmão da mãe da mãe de sua esposa, mandavam na casa de Juarez. Como *Kratpe* não tinha esposa quando deu esta informação, morava na casa (5 b) da filha da esposa do pai do pai; e afirmou que mandava no marido da filha desta, que seria seu ajudante. Numa das casas da aldeia do Posto eram casados Gabriel e seu filho, Aloísio (5 a); Gabriel já estava decrépito e Aloísio afirmou ser o chefe da casa. Quando ao irmão de sua mulher, chefiava a casa da esposa dele (9 b).

Portanto, os exemplos indicam, como poucas exceções, que o marido mais antigo da casa detém aí a autoridade. Mas que espécie de autoridade possui o chefe do grupo doméstico? Quando *Hahokré* se casou com a filha da filha de Davi, este lhe falou que, como já havia entrado em sua casa, não devia mais de lá sair; de então em diante os negócios de *Hahokré* seriam resolvidos por ele, Davi. Este uma vez nos contou que *Hahokré* não trabalhava sozinho, mas junto com ele sim; e iria treiná-lo no serviço. Aniceto, indivíduo de quase cinqüenta anos, casou-se com a filha de Aleixo, menina de não mais de treze anos; o próprio sogro era mais novo do que o genro; Pedro *Penõ*, chefe da aldeia, zombava deste casamento, dizendo-nos que não sabia se era o sogro que iria ensinar ao genro ou se era o genro que iria ensinar ao sogro a trabalhar. Assim, pois, cabe ao chefe do grupo doméstico orientar e dirigir os maridos mais novos nas atividades econômicas. O mesmo Pedro *Penõ* nos declarou que o sogro não obriga o genro a trabalhar, mas este o ajuda espontaneamente, pois, se um dia quiser abandonar a esposa, o pai dela exige poucos presentes para deixá-lo ir embora. Jaime, que já tinha filhos, disse-nos que seu sogro não mandava mais nele; ele próprio pensava e escolhia o serviço que devia de fazer.

Assim, sogro e genro, marido mais antigo e marido mais recente, têm de ser entender sobre as tarefas necessárias à casa. Conta Gabriel que primeiro se casou com a filha de Silvano e *Panayet*. Um dia o sogro lhe deu uma cabaça com três litros de arroz e mandou-o plantar. Gabriel plantou tudo num dia, sozinho, pois a mulher não o ajudou, ficou vadiando; queixou-se de que seu sogro era muito preguiçoso e só gostava de pescar. Depois casou-se com a irmã de Pedro Noletto. Um dia estava cercado a roça (pois então os civilizados criavam gado perto das roças e os animais entravam nas plantações) sozinho; lembrou-se então do tempo em que José Grosso, seu parente, estava vivo e o ajudava a fazer roça para sua mulher; chorou e depois continuou o serviço. Gabriel perguntava a seu sogro Raimundinho: “Para onde você vai?” Ele respondia: “Eu vou caçar”. E Gabriel resolvia: “Então eu vou trabalhar (isto é, trabalhar na roça)”. Outro exemplo nos mostra como se distribui o trabalho entre os homens da casa. Bernardo casou-se com uma moça parenta da mulher de Zacarias morando ambos na mesma casa. Certo dia Bernardo nos contou que Zacarias o havia mandado apanhar mel. E acrescentou que, se Zacarias ia caçar no sábado, ele ia no domingo.

Em resumo, parece que a autoridade do homem que dirige o grupo está sobretudo ligada à orientação das atividades econômicas. Embora a família elementar é que seja a unidade de produção e de consumo, o chefe do grupo doméstico vela para que os homens das diversas famílias elementares cumpram suas obrigações.

Cabe agora examinar o problema da autoridade dentro do segmento residencial. O segmento residencial não atua como unidade de produção e nem de consumo. Por isso, não é de se esperar que, se existe alguma autoridade dentro dele, que ela se interesse pela orientação das atividades econômicas de seus membros. Além disso, é preciso considerar o fato de que, em vários casos, o mesmo segmento residencial está representado em mais

de uma aldeia. Haveria, pois, uma autoridade única para todo o segmento, ou uma autoridade em cada aldeia?

Seria de esperar que tal autoridade se manifestasse em assuntos tais como os arranjos matrimoniais. O chefe Pedro *Penõ*, em certa ocasião, enumerou aqueles homens que dariam o consentimento para o casamento dos membros de cada casa da aldeia. Assim, Esteves é que o daria nas casas 9a, 9b, 9c, 9e. Esteves é originário de uma dessas casas e ele dava o consentimento por ser o mais velho. Quando morresse, Aleixo, o mais velho de todos os filhos das irmãs de Esteves, ficaria em seu lugar. A autoridade de Esteves em assuntos matrimoniais, indicaria, portanto, que os segmentos residenciais possuem um chefe, pelo menos para decidir sobre determinados assuntos. Mas, o restante da informação de *Penõ* complica a questão: afirmou que José Nogueira seria aquele que decidiria sobre os casamentos nas casas 8a, 8b, 5a, 5b, 5c, 19b. Ora, José Nogueira decidiria assim em três segmentos diferentes sobre o casamento; além disso, ele não está ligado matrilinealmente a nenhuma dessas casas; a casa da mãe de José Nogueira deve ter desaparecido, por falta de elementos femininos que lhe dessem continuidade. Na casa 4a, quem resolveria seria Francisco e seu pai, Chico Velho. É preciso dizer que a esposa de Francisco não dispõe de nenhum irmão ou tio materno na aldeia. Nas casas 7a e 7b os casamentos dependeriam do consentimento de Gabriel e de José Aurélio. Gabriel é irmão da mulher mais velha de uma dessas casas, mas apenas por parte de pai; José Aurélio provavelmente decidiria sobre casamentos de outros indivíduos da casa, a ela ligados através de homens casados nessas casas: Lourenço, que entrara na casa pelo casamento; Manoel, que, originário de uma dessas casas, para ela trouxera sua esposa. Na casa 3a dois indivíduos decidiriam sobre o matrimônio: José Comprido (*Ayehi*), sobre o casamento das duas mulheres mais velhas da casa, primas paralelas entre si; *Ayehi* é filho do filho da irmã dos pais de ambas; entretanto, mora nesta casa a filha do irmão das mães dessas mulheres e Pedro *Penõ* afirmou que era ele mesmo quem decidia sobre o casamento dessa moça, pois a mãe dela era filha do irmão de seu pai. Nessa casa, pois, tínhamos um homem a decidir sobre o casamento de mulheres mais velhas do que ele. Além disso, ambos os homens que decidiam sobre os casamentos nessa casa não tinham nascido nela nem no segmento a que ela pertencia. Patrício é que daria o seu consentimento nas casas 1a e 2a; era um homem que tinha origem na primeira dessas casas; mas na outra casa moravam o filho de uma de suas irmãs, sua esposa e parentes dela. Na casa 12a, em que moravam a irmã de *Penõ*, duas filhas dela, o marido de uma delas, e duas meninas, era José Pinto quem dava o consentimento para o casamento; José Pinto é meio-irmão matrilateral da mãe de *Penõ*. Quando ele não queria resolver, *Penõ* o fazia. Na casa 6a, era Amaro, irmão da mulher mais velha da casa quem decidia sobre os matrimônios. Amaro mora na aldeia de Pedra Branca, a mais próxima da aldeia do Posto; Amaro tem um tio materno, Joãozinho, o qual, entretanto, mora muito longe, na aldeia do Abóbora. Neste último caso, portanto, vemos o segmento depender de uma pessoa que mora em outra aldeia.

A informação de Pedro *Penõ* mostra que a pessoa que decide sobre os casamentos de um segmento pode não ter tido origem no mesmo. Atribui a tais pessoas uma autoridade que parece ser bem menor na realidade. Assim, não é sempre que a iniciativa de promover um matrimônio parte dessas pessoas. Duas moças da casa 5a tiveram seus noivos escolhidos pela mãe da mãe, *Ai' iure*, sendo que foi o seu pai do pai, que morava na mesma casa que elas, quem levou os paparutos à casa dos pais dos escolhidos, tratando de casamento. Não sabemos se uma dessas moças era adotada pelo pai do pai, Gabriel, pois este disse que lhe arranjou um noivo porque precisava de alguém que pescasse e caçasse alguma coisa para ele. Numa outra ocasião foi-nos dito que o pai é quem resolveu

casar uma delas, falando ao pai do pai; este comunicou a *Ai'iure*. O pai dizia que estava sozinho e precisava de um companheiro para alternar com ele as tarefas de caça e lavoura. Vemos, neste caso, em ambas as versões, que a iniciativa do casamento das moças partiu do grupo doméstico a que pertenciam. Uma das versões diz que Gabriel e *Ai'iure* foram falar ao pai, à mãe, e ao tio materno do pai de um dos rapazes escolhidos. Tratava-se de um rapaz da casa 2a. Sua mãe, Apinayé, não tinha nenhum tio materno na aldeia; o mais velho dos irmãos desta talvez tivesse cerca de vinte anos e, ao que parece, não foi consultado. Aloísio, que mora na casa 5a, conta que seu casamento foi resolvido quando ele desejou casar com sua atual esposa, porque gostava dela. Seu pai, Gabriel, foi falar com o pai e a mãe da moça escolhida e também com o seu tio materno. Não falou com o irmão dela porque este ainda era novo.

A iniciativa do arranjo de casamento para uma filha de José Aurélio, menina moradora da casa 9c partiu de *Hoyat*, mulher da casa 9b, filha da irmã da mãe da mãe da menina. O pai da menina era de opinião de que não se devia tratar desse casamento, uma vez que ela era ainda muito nova e o rapaz escolhido teria de esperar para consumir o casamento. Mesmo assim não opôs resistência; se o rapaz não quisesse esperar, não fazia mal. *Hoyat* falou então com o tio materno do rapaz, Pedro *Penõ*, o qual ficou satisfeito, por ser parente tanto do noivo quanto da noiva (o rapaz é filho de sua irmã e a moça é filha da filha da irmã da mãe da esposa; a moça é também filha do filho do filho do irmão do pai da mãe de Pedro *Penõ*). Por sua vez, estava sendo ensaiado o casamento de um filho de José Aurélio com uma filha de Alcides. Esta menina é moradora da casa 8a. A iniciativa partiu da irmã da mãe da mãe da moça (a mãe da moça tinha sido adotada pela sua irmã da mãe) que, na ausência do pai da moça, foi falar com a mãe do rapaz. A mocinha logo trouxe água para a mãe do rapaz. Então José Aurélio falou para o filho: “Olha, você está reparando como está fazendo com sua mãe; você precisa de pensar; eu não quero que só ela faça assim não; você também precisa de ajudar”. Com isso José Aurélio estava recomendando ao filho que retribuísse os serviços que a menina prestava a sua mãe. Acrescentou José Aurélio que ele mesmo mandava carne para a casa de Alcides através de sua esposa. Mas o casamento ainda não estava combinado, uma vez que ninguém ainda viera conversar com ele sobre o assunto. Estes dois casos ocorridos no grupo doméstico de José Aurélio mostram que a vontade dos jovens para os quais se arranja o casamento também é levada em consideração. O jovem é incentivado a aceitar o casamento, mas não é obrigado a fazê-lo.

Mas ocorre também que os parentes do jovem se oponham ao casamento. *Kratpe* casou-se com *Parã*, filha da irmã de Pedro *Penõ* e depois desfez o casamento. Vivia a namorá-la, mas nunca que decidia casar definitivamente com ela. Um dia *Parã* nos disse que a mãe de *Kratpe*, e também *Txobri* e *Poikót* (ambas filhas da mãe do pai de *Kratpe*) , e ainda *Ai'iure* (filha da irmã da mãe do pai de *Kratpe*) todas moradoras do segmento 5, não queriam o casamento. José Nogueira também obrigou a seu filho a deixar a mulher com quem se tinha casado, arranjando-lhe o casamento com uma mais nova; o filho, entretanto, voltou para a antiga mulher contra a vontade paterna.

Assim, pois, outras pessoas, além da suposta autoridade suprema em cada segmento têm influência na escolha matrimonial para os membros do segmento. Segundo Davi, em questão de casamento, o irmão da mãe tem a mesma força do que o pai, pois, se o filho casa sem consentimento deste, a esposa não visita a casa dele.

A descrição de certos casos concretos torna evidente a falta de um chefe único no segmento residencial, ao menos no que diz respeito a matrimônio e a ligações sexuais. Vamos aqui descrever um caso concreto que permite esclarecer a questão.

Bernardo estava casado com uma mulher da casa 6a, filha de Pedro Noleto, mas abandonou-a. Raul, marido da irmã mais velha da mulher abandonada, nos contou as providências que tomou. Foi procurar a Aleixo, irmão mais velho de Bernardo, para cobrar-lhe o que devia aos parentes da mulher. Poderia ter cobrado a Esteves, tio materno de Bernardo, mas ele começou a contar casos antigos para não pagar. Esteves contou que o irmão falecido da mulher de Bernardo é que havia deflorado *Kuiko*, irmã de Bernardo; Jaime, filho da irmã de Pedro Noleto, deflorou a irmã da mulher de Pedro Noleto (não sabemos porque este último caso entrou na questão). Raul não falou com *Iut*, irmã de Esteves, nem com *Hakru*, filha de *Iut*, nem com *Krātót*, filha de uma irmã de Esteves, porque elas estavam contando histórias muito erradas. Raul queria receber uma espingarda de Aleixo. Este lhe respondeu que ia fazer Bernardo voltar para a filha de Pedro Noleto. Mas Raul achava que Bernardo não voltaria, pois já se havia unido com uma jovem da casa 19b. Se ele voltasse para a antiga esposa, Raul nada cobraria. Raul ainda acrescentou que estava falando por seu sogro Pedro Noleto, porque este não é bom para falar. A espingarda que exigia de Aleixo era para entregar a Pedro Noleto. Pedro Noleto, por sua vez nos contou que Raul fora falar com Aleixo e não com o próprio Bernardo porque este não sabe conversar, enquanto Aleixo já entende melhor as coisas. Continuou a informar Raul que ele estava empenhado nessa questão porque foi ele quem conversou com Bernardo, quando se tratou de seu casamento com a filha de Pedro Noleto. Se ele, Raul, por acaso deixasse sua esposa, teria de prestar contas a Amaro, irmão da mãe de sua mulher, pois foi com este que conversou quando se casou. Disse-nos também que iria contar o caso ao chefe da aldeia, para que ele lhe desse uma boa orientação. Contamos o caso ao chefe Pedro *Penõ* e ele respondeu que não poderia apoiar Raul, porque ele é de fora da casa de Pedro Noleto. Não importa que este último não fale bem; ele é quem deve de tratar disso. Se fosse Amazonas, irmão da mulher abandonada, que estivesse empenhado no caso, *Penõ* lhe daria razão. É preciso dizer que *Penõ* é marido de *Hakru*, filha da irmã de Esteves e filha da irmã da mãe de Bernardo. É possível que nessa questão *Penõ* estivesse do lado de seus afins. Alguns dias depois soubemos que tinha havido na noite anterior uma reunião sobre o problema. Quem nos contou a respeito de tal reunião foi José Aurélio, marido da irmã de Bernardo. José Aurélio disse na reunião que, se Bernardo não tivesse parentes, ele entraria em entendimentos com os parentes da mulher abandonada, mas como tinha, José Aurélio não pagaria nada; *Hakru*, filha da irmã da mãe de Bernardo, disse que não tinha nada para dar em pagamento, a não ser uma enxada; acrescentou, porém, que Amaro, irmão da esposa de Pedro Noleto, também devia, pois seu falecido irmão havia ficado devendo o pagamento pelo defloramento de *Kuiko*, irmã de Bernardo. Esteves disse na reunião que não estava presente nesta ocasião, pois tinha ido à aldeia de Porquinhos, dos Canelas Apaniekra. *Hoyat*, filha de uma irmã de Esteves, lembrou-lhe de que ele já havia voltado nesta ocasião e que tudo já tinha sido acertado; ele é que não lembrava mais. A mulher de Pedro Noleto disse que nada cobraria se Bernardo tivesse explicado sua saída, mas ele deixara a casa sem dizer nada, sua filha ainda o queria. *Hoyat* respondeu que, se ela ainda o quisesse, já teria saído à sua procura. Raul disse que ele agora é que governava a casa se Pedro Noleto, ele é que resolvia, ele é que estava mantendo as moças da casa, por isso é que estava falando. Bernardo foi procurado, mas não apareceu. Aleixo disse que ia dar a espingarda para não ouvir mais fuxico. Esteves, por sua vez, nos contou que ele havia dito nessa reunião que Bernardo já tinha dado o suficiente: deu espingarda, deixou roça pronta. Se Raul devolvesse a roça, ele pagaria. Esteves tinha com que pagar, mas não pagaria. Aleixo, filho da irmã de Esteves, disse então que iria pagar, mas depois iria cobrar de Amaro, irmão da esposa de Pedro Noleto. Bernardo, por sua vez, contou-nos que já tinha dado uma espingarda a Raul, mas ele queria outra (que era a que Aleixo diria dar). Raul tomara a iniciativa da cobrança

porque o sogro, Pedro Noletto, estava vivendo às custas dele: Raul é que comprava pano, sal, fumo, e que caçava; Pedro Noletto só ia trabalhar na roça. Por isso é que Raul se intrometia nesses assuntos.

Creemos, pois, que este caso demonstra que em assuntos ligados ao casamento não existe uma autoridade máxima dentro do segmento: todos os membros do segmento presentes na aldeia e até os indivíduos casados dentro dos grupos domésticos de origem dos cônjuges, participam da questão.

José Aurélio também nos forneceu uma lista de nomes de pessoas que tomariam decisões em casos graves em cada casa da aldeia. Essa lista se aproxima um pouco daquela fornecida por *Penõ*, mas não coincide inteiramente com ela. Assim, Esteves é dado como responsável pelas casas 9a, 9c, 9e. José Nogueira é dado como responsável pelas mesmas casas, tal como na lista de *Penõ*, mas não é o único: nas casas 5c e 5b é também responsável José Aurélio, filho do filho do pai de duas mulheres, as mais velhas dessas duas casas; na casa 5a, divide a responsabilidade juntamente com Raimundo Agostinho, irmão de uma mulher da casa, *Hóktxó*; nas casas 8a e 8b, há outro líder na pessoa de Antônio (*Yarpot*), irmão das mulheres mais velhas dessas casas. Na casa 7a José Aurélio divide sua autoridade com Manoel, filho da mulher mais velha da casa. Davi, seu irmão José Pinto e também o filho da meia-irmã de ambos, Pedro *Penõ*, são responsáveis pelas casas 12i, 12a (transferida da aldeia de Pedra Branca para a aldeia do Posto) e 10a; ora, na casa 10a, José Pinto é casado, não é um homem com origem na casa; diz José Aurélio que também poderia ser responsável pela casa 10a, pois *Krĩru*, filha de José Pinto, é filha da filha da filha da irmã da mãe do pai de José Aurélio. Pedro Noletto seria o responsável pela casa onde é casado: 6a. Poderia ser também responsável pela casa 9b (não sabemos por que). Zezinho seria o responsável pela casa 4a, pois seu pai era parente da mulher mais velha dessa casa. A casa de Davi (1b, transferida da aldeia de Pedra Branca para a aldeia do Posto) tem por líderes João Delfino e Aniceto, o primeiro irmão da esposa de Davi e o segundo, primo paralelo matrilateral de sua mulher. Juarez seria o líder da casa 2a, pois é o irmão mais velho da mulher mais velha desta casa. A casa 3a, além de ter como líder a *Ayehi*, teria também como responsável a Rondon, pois o pai deste era parente da mãe de Rondon; teria sido mais fácil ao informante dizer que Rondon, apesar de casado, mora na própria casa materna.

Em resumo, o segmento residencial não possui um responsável único. Além disso, os homens apontados como responsáveis por esses segmentos, nem sempre têm sua origem neles. Geralmente são homens que têm algum parentesco com algumas mulheres do segmento. Tal parentesco nem sempre é por linha feminina. A não coincidência entre os dados fornecidos por dois bons informantes como Pedro *Penõ* e José Aurélio confirma que não existe uma autoridade bem definida nos segmentos residenciais. Por conseguinte, dos grupos examinados (família elementar, grupo doméstico e segmento residencial) apenas o grupo doméstico possui uma chefia bem definida.

7 – Conclusão

O exame do problema da autoridade doméstica entre os *craôs* vem demonstrar que as relações de parentesco não estão totalmente contidas nos grupos que acabamos de descrever. Vimos que na vida de um indivíduo pode ter influência a atitude de parentes que não pertencem a sua família elementar, nem a seu grupo doméstico, nem a seu segmento residencial, sejam esses grupos aqueles em que se originou ou aquele em que está casado. Isso significa que é preciso levar em consideração o *kindred* de cada

indivíduo. Entretanto, o *kindred*, por sua própria definição, não constitui um grupo de parentesco. Trata-se de uma categoria que será examinada no capítulo VI.

O exame da autoridade doméstica nos levou a um resultado paradoxal: a autoridade é mais bem definida no grupo doméstico e se refere antes de tudo a atividades econômicas; no entanto, a unidade econômica auto-suficiente é a família elementar; nesta, todavia não se define uma autoridade que rege suas atividades internas, mas sim um mediador que a liga à vida pública quanto a problemas políticos e rituais, não econômicos. Mas este paradoxo pode, em parte, ser explicado: as atividades econômicas do marido e da esposa, sendo complementares, não exigem uma autoridade que as organize. Entretanto, sendo o grupo doméstico constituído por várias famílias elementares teoricamente auto-suficientes, a interação entre elas dentro dessa unidade maior tem de ser orientada.

Tabela inicial	Lista dos capítulos
--------------------------------	-------------------------------------